

# Reflexão sobre a situação do património cultural em Portugal

(em inglês, p. 261)

LUCÍLIA BELCHIOR

*Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico pela Univ. de Évora  
Doutoranda em Arte, Património e Restauro pela Universidade de Lisboa.*

**RESUMO** O conceito de património sofreu (e continuará a sofrer) alterações ao longo do tempo, tendo como pontos fundamentais de mudança a própria sociedade, política, economia, filosofia e religião de cada civilização. Essas alterações de conceitos, de acordo com determinada época, são a chave do conhecimento para o entendimento do nosso património cultural. É fundamental, portanto, compreender o património. O presente artigo reporta-se a uma reflexão sobre a situação do património cultural em Portugal, assim como aos diversos agentes ligados, em Portugal, à intervenção patrimonial.<sup>1</sup>

**PALAVRAS-CHAVE** Portugal, património, intervenção patrimonial.

<sup>1</sup> Esta reflexão encontra-se apresentada na dissertação de mestrado defendida na Universidade de Évora a 13/04/04, intitulada “Integração de vestígios arqueológicos no centro histórico de Beja: Contributo para a sua conservação integrada”.

**ABSTRACT** The concept of Heritage suffered (and it will continue to suffer) alterations through time, having as basic points of change, the society, politics, economy, philosophy and religion of each civilization. These alterations of concepts, in accordance with determined time, are the key of the knowledge for the agreement of our Cultural Heritage. So, it is fundamental to understand the Heritage. The present article refers a reflection on the situation of the Cultural Heritage in Portugal.<sup>2</sup>

**KEYWORDS** Portugal, Heritage, Heritage intervention.

<sup>2</sup> This reflection is presented in the Master of Arts Dissertation in Conservation of the Architectonic and Natural Heritage thesis defended in the Universidade de Évora on the 13/04/04, intituled “Integration of Archaeological Vestiges in the Historical Centre of Beja: Contribute for its Integrated Conservation”.

Tal como todos os conceitos, também o actual conceito de património cultural (e os ligados a esta área: conservação, restauro, remodelação, entre outros) será alterado num futuro próximo. De qualquer forma, o que de certo não mudará é a noção da importância da protecção desse mesmo património.

Consoante o tempo cronológico ou país, também a noção de património se alterou, tendo como pontos fundamentais de mudança a própria sociedade, a política, a economia, a filosofia, a religião que cada civilização possuía. Mas essas alterações de conceitos, de acordo com determinada época, são a chave do conhecimento para o entendimento do nosso património cultural.

Portugal não foi indiferente à passagem do tempo e às alterações de conceitos relacionados com esse tema. Tendo surgido desde cedo a necessidade de protecção patrimonial no nosso país, a D. João V se deve um dos primeiros textos legislativos conhecidos sobre a protecção de monumentos (1721).

No entanto, apenas em 1985 surgiu a Lei do Património Cultural Português (264 anos depois de um dos primeiros textos legislativos e 84 anos depois da publicação dos critérios de classificação dos imóveis que deveriam ser considerados Monumentos Nacionais, em 1901). Dezasseis anos passados sobre o aparecimento da primeira Lei do Património em Portugal, surge a Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, a 8 de setembro de 2001.

A par da legislação, surgiram também vários organismos que teriam como objectivo proteger e zelar pelo património português (Junta Nacional da Educação (JNE), Academia Nacional de Belas-Artes (ANBA), Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural (COISPCN), Instituto José de Figueiredo, Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR), Instituto Português do Património Cultural (IPPC), Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), Instituto Português de Arqueologia (IPA)).

Sempre existiram – e continuam a existir – vários organismos que têm como função a protecção do

património. Essa proliferação de organismos originou, porém, desde sempre, uma enorme complexidade no que diz respeito à sua actuação.

Será que podemos afirmar que, no que diz respeito às competências de cada organismo, as leis ainda não estão suficientemente claras? Nesse momento, temos três grandes organismos zelando pela protecção do património português, nomeadamente, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o Instituto Português do Património Arquitectónico e o Instituto Português de Arqueologia. Legalmente, são esses organismos os encarregues de fornecer pareceres e/ou realizar intervenções nesta área.

Salientamos a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), pois, 74 anos depois de sua criação (1929), ainda mantém a sua actividade. Apesar de, ao longo desses anos, terem sido extintos, criados ou alterados vários organismos, a DGEMN sempre conseguiu impor a sua força e, apesar de diversas reformas, manter grande parte de suas competências nesta área.

Consequência desta situação é o “braço de ferro” protagonizado pela DGEMN e os outros organismos que, também, têm por função a protecção do nosso património.

Exemplo disso é a situação verificada entre este organismo e o IPPAR que, desde sempre, têm medido forças no que diz respeito às áreas de delimitação e actuação de cada instituição. Essa posição, por parte desses organismos, tem-se vindo a manifestar até aos nossos dias.

A questão das competências é agravada nessa situação, principalmente quando se trata de imóveis classificados não afectos ao IPPAR e inventários do património, nos quais se verifica uma sobreposição de competências. A complexa situação tem início no momento em que o IPPAR assumiu a realização de obras, o que não acontecia inicialmente.

A agravar a situação está o facto de os dois organismos serem dependentes de ministérios distintos, com os correspondentes grupos de pressão.

Relativamente ao IPA-IPPAR, apesar de as competências estarem bem delimitadas, o facto é que as questões relativas à Arqueologia estão divididas entre ambos. Tal situação, acompanhada da correspondente perda de competências por parte do IPPAR, tem

provocado, por vezes, dificuldades de relacionamento, articulação e cooperação entre os dois institutos.

O aparecimento da Lei n.º 16 A/2002, que assinala a fusão do IPA e IPPAR, vem, novamente, levantar uma série de questões. Qual a solução mais vantajosa? Congregar tudo o que respeita à Arqueologia num único instituto (embora possam surgir algumas áreas menos claras, sobretudo nos casos de monumentos com uma forte componente arqueológica) ou, como está previsto, fundir novamente os institutos (o que pode trazer a minoração da Arqueologia relativamente ao enorme peso que o património arquitectónico possui)? Uma outra solução seria manter o modelo actual (mas sendo garantida uma real articulação entre os dois organismos).

De qualquer forma, várias questões nos continuam a tomar de assalto: Os referidos organismos não estariam a desempenhar correctamente a sua função? Temos aqui que salientar todo o desenvolvimento de trabalhos efectuados pelo IPA durante esses anos. Existirá uma continuidade desse trabalho depois de ser integrado no IPPAR?

Essas questões não podem ter resposta agora, mas, sabendo o percurso dos organismos ligados ao património em Portugal, não será difícil imaginar que, provavelmente, daqui a alguns anos tudo se altere novamente. Ficará, no entanto, a dúvida relativamente à DGEMN que, mais uma vez, se mantém intocável.

Como produto dessa situação, continuamos com um conflito de delimitação das áreas de actuação que, sem dúvida alguma, origina atrasos e complicações nas intervenções a efectuar, mesmo tendo cada organismo as suas competências legisladas e bem delimitadas.

A situação mantém-se complexa. Talvez devido ao facto de ainda não ter sido encontrada a melhor forma de trabalhar em conjunto e, pelo contrário, sobressair, quase sempre, a competitividade entre organismos.

No entanto, temos que afirmar que qualquer um desses organismos contribuiu de forma inigualável para a preservação do património em Portugal: a DGEMN espelha a tradição de execução de obras com um elevado grau de eficácia e operacionalidade; o IPPAR assumiu uma maior preocupação do ponto de vista patrimonial nas suas obras de recuperação;

o IPA conseguiu elevar a Arqueologia portuguesa ao nível internacional e contribuiu, de forma excepcional, para a inventariação e consequente divulgação do património arqueológico português.

Talvez o fundamental seja encontrar a solução mais adequada do ponto de vista da operacionalidade, isto é, implementar mecanismos que assegurem a efectiva protecção dos bens patrimoniais imóveis integrados no meio onde se encontram inseridos (urbano ou rural).

As notícias que podemos observar nos vários meios de comunicação parecem apontar para uma indefinição no que diz respeito às funções do futuro Instituto do Património. Existindo vários grupos de pressão relativamente à realização de intervenções no património, assim como à gestão de sítios e monumentos actualmente dependentes do IPPAR, foi colocada a hipótese de uma possível afectação de alguns desses monumentos à DGEMN e, também, ao Instituto Português de Museus (IPM).

A verificar-se esta transferência, podemos concluir que a capacidade de intervenção do futuro Instituto do Património poderá ficar extremamente afectada, pois o maior número de receitas do actual IPPAR provém desses mesmos monumentos e sítios.

Outra questão que se encontra indefinida é a seguinte: de que Ministério (da Cultura, Obras Públicas ou Ambiente?) deve depender a tutela do património? Achar a solução para essa questão torna-se um trabalho bastante complexo, até porque o alargamento do conceito de património vem torná-lo cada vez mais abrangente. Sendo uma questão merecedora de um debate sério e descomplicado, pois várias são as opções possíveis, não deixaremos de dar a nossa opinião de que as questões patrimoniais pertencem, antes do mais, ao domínio da cultura, devendo os outros aspectos integrar-se neste enfoque prioritário.

Pensamos, também, que as alterações deveriam passar pelo accionamento de estruturas que levassem à alteração de mentalidade da população relativamente ao património. Apesar de ser vincada nas diversas leis orgânicas dos diferentes organismos, a questão da divulgação do património à população não tem surtido o efeito pretendido. A confirmar essa afirmação, basta observar alguns museus ou percursos culturais, que recebem pouquíssimos visitantes.

Temos observado, inclusive, que várias áreas do património têm sido relegadas para segundo plano, como é o caso da vertente etnográfica. Por isso, pensamos que seria, talvez, mais importante apostar em acções e soluções nessas áreas em vez de esporadicamente se alterarem ou extinguirem organismos.

Não gostaríamos de finalizar esta reflexão sem referir alguns dados registados em Portugal sobre o estado de nossos museus e do património arquitectónico, baseados no documento *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio – 2000*.<sup>3</sup> Os referidos dados vêm, pois, reforçar a nossa preocupação mencionada nesta cogitação.

Relativamente aos museus, os 201 considerados neste estudo registaram um total de 7,4 milhões de visitantes (significando anualmente uma média, por museu, de 37 mil pessoas), sendo 1,3 milhões de visitantes inseridos em grupos escolares (cerca de 17% do total dos visitantes).

**Quadro 1.1** Visitantes dos museus, por região em 2000<sup>4</sup>

Região	Escolares	Total
Norte	260.575	910.720
Centro	156.855	768.981
Lisboa e Vale do Tejo	762.442	4.812.348
Alentejo	22.618	126.166
Algarve	37.745	616.767
Açores	5.001	30.595
Madeira	20.685	1.001.999
<b>Total</b>	<b>1.265.921</b>	<b>7.367.576</b>

Podemos, então, salientar que a região de Lisboa e Vale do Tejo é a que se encontra no topo da lista, com mais visitantes de museus, seguida do Norte e Centro do país (mesmo assim, com menos de metade dos visitantes). As regiões do Sul do país e ilhas continuam a ser as que menos atraem visitantes. Os grupos escolares, com os seus 17%, reforçam a ideia de que é necessário a implementação de acções nesta área que visem o desenvolvimento da consciencialização do património.

Verificou-se, também, que os sítios de mais afluência foram os Monumentos Musealizados (34%). Este facto é sem dúvida importante, pois demons-

tra a receptividade da população por edifícios monumentais. Podemos daqui retirar algumas ilações respeitantes à forma como se poderá atrair mais visitantes aos museus em tempos vindouros (visto que sua preferência se encontra bem vincada). Inerente a este factor está, também, o local e a forma de musealização a ser implementada (talvez a aposta passe pela musealização *in situ*).

Em relação ao património arquitectónico, o referido estudo registou 4.032 imóveis protegidos, sendo 65% pertencentes à categoria de Imóveis de Interesse Público e 21% à categoria de Monumentos Nacionais.

O estudo comprova, mais uma vez, que a região de Lisboa é a que possui mais imóveis protegidos (1.089), apresentando as regiões de Beja (274), Castelo Branco (249), Portalegre (272) e Ilha da Madeira (295) um número bem mais reduzido.

**Quadro 1.2** Inventário do património arquitectónico<sup>5</sup>

Região	MN	IIP	VC	INP <sup>6</sup>	VCR/L <sup>7</sup>	Total
Aveiro	14	71	30	372	-	487
Beja	24	64	2	184	-	274
Braga	63	139	19	309	-	530
Bragança	24	108	9	260	-	401
Castelo Branco	11	71	22	145	-	249
Coimbra	44	114	30	185	-	373
Évora	102	99	9	160	-	370
Faro	25	77	20	207	-	329
Guarda	57	166	23	479	-	725
Leiria	27	97	27	263	-	414
Lisboa	116	382	44	547	-	1.089
Portalegre	59	89	9	115	-	272
Porto	76	189	32	346	-	643
Santarém	41	111	81	142	-	375
Setúbal	24	58	21	207	-	310
V. Castelo	54	132	16	306	-	508
Vila Real	25	96	13	273	-	407
Viseu	40	191	27	207	-	465
Açores	1	322	53	30	-	406
Madeira	7	29	25	153	81	295
<b>Total</b>	<b>834</b>	<b>2.605</b>	<b>512</b>	<b>4.890</b>	<b>81</b>	<b>8.922</b>

Relativamente à distribuição de imóveis classificados por época de construção, o estudo estatístico aponta o período “Barroco / Rococó / Pombalino” como o que possui mais elementos classificados (2.323), seguindo-se o período “Maneirista / Renascentista” (1.398) e o “Medieval / Gótico”(1.319). O período relativo à pré-história é, pelo contrário, o que menos bens classificados possui (188), seguido dos períodos Arte Nova (206) e romano (272).

**Quadro 1.3** Distribuição de imóveis classificados por época de construção<sup>8</sup>

Pré-história	188
Romana	272
Medieval / Gótica	1.319
Manuelina	755
Maneirista / Renascentista	1.398
Barroca / Rococó / Pombalina	2.323
Romântica / Neoclássica / Revivalista	792
Arte Nova / Modernista	206
Popular	368
Sem Informação	1.044
<b>Total</b>	<b>8.665</b>

No que diz respeito à tipologia arquitectónica, é afirmado neste estudo que os monumentos de arquitectura religiosa são aqueles que mais atraem a atenção das entidades ligadas ao património, em termos de classificação. Apenas superados pela ar-

quitectura civil (3.790), os monumentos de arquitectura religiosa constituem grande parte dos elementos classificados, 41% (3.521). A arquitectura militar fica pelos 5% (395) e os conjuntos pelos 248 elementos classificados.

**Quadro 1.4** Distribuição de imóveis por tipo arquitectónico<sup>9</sup>

Arquitectura Religiosa	3.531
Arquitectura Militar	395
Arquitectura Civil	3.790
Conjuntos	248
Sítios	586
Sem Informação	115
<b>Total</b>	<b>8.665</b>

É a análise destes dados, assim como do processo legislativo e percurso/actuação dos vários organismos, que nos permite reflectir sobre o actual panorama do património em Portugal.

Toda a informação recolhida aponta para uma política patrimonial que tem de ser renovada nos mais variados sectores. A divergência de ideias e critérios de acção tem originado várias formas de intervenção, as quais têm acentuado a discrepância, em termos de qualidade e quantidade, nas diversas regiões do país. Também a falta de mecanismos de informação tem afastado a população dessa área, que é pertença de todos nós. Torna-se, pois, necessário travar a erosão do tempo, não só nos monumentos, mas também na mentalidade dos homens.

<sup>3</sup> *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio – 2000*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2002.

<sup>4</sup> Quadro adaptado de: *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio – 2000*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2002, p. 32.

<sup>5</sup> Quadro adaptado de: *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio – 2000*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2002, p. 38.

<sup>6</sup> Imóveis Não Protegidos.

<sup>7</sup> Valores Concelhos Regionais / Locais.

<sup>8</sup> Quadro adaptado de: *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio – 2000*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2002, p. 39.

<sup>9</sup> Quadro adaptado de: *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio – 2000*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2002, p. 40.